

Apresentação

Caros leitores, iniciamos esse número da Revista Eletrônica de Política e Gestão, do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar com o Departamento de Ciências da Educação da FCL/UNESP, Campus de Araraquara, por um tema que provoca discussões significativas sempre que é trazido para o debate. Nesse sentido e, talvez, com uma maior preocupação em relação a formação dos quadros de pesquisadores e da própria produção da pesquisa em si, na área de política educacional, as autoras, Kellcia Rezende Souza e Maria Teresa Micely Kerbauy, apresentem um panorama analítico dessas tendências no texto **A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA NO PERÍODO 2009-2013**. Realizaram uma pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo e os dados foram analisados a partir dos conteúdos dos resumos das dissertações e teses apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP/FCL, no período de 2009 à 2013. Os trabalhos traduzem o panorama de tendências e olhares predominantes no campo das políticas educacionais dos programas da instituição.

Há no trabalho de Alexandre Marucci Bastos e Sebastião de Souza Lemes, **A DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO CURRICULAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, certa preocupação com relação às políticas públicas e a questão da sustentabilidade. O texto procura analisar, como seu deus a trajetória da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DNUEDS ou DEDS) aprovada em 20 de dezembro de 2002, na ONU. O documento ali construído coloca a educação como componente indispensável para esse desenvolvimento. O estudo desses autores discute a proposição da ONU desde os primeiros debates e como esses princípios foram sendo tratados e (não) acolhidos pelas políticas educacionais e diretrizes curriculares da rede pública de ensino no Estado de São Paulo. Nas análises dessas diretrizes delineadas pela respectiva Secretaria Estadual de Educação à época, verifica-se, até que ponto, as mesmas estariam alinhadas ao documento e seus propósitos, sobretudo quanto à dinâmica curricular aplicada da rede pública escolar paulista. O trabalho de Elizangela S. Carozzi e Adrian A. Estrada, acompanhando a criação e implantação de um conselho de escola no interior do estado do Paraná, pode nos revelar que em outras localidades, além do Estado de São Paulo, o documento da ONU não teve nenhuma influência sobre a

política pública para a educação. O referido estudo intitulado: **O CONSELHO ESCOLAR E A IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR**; embora não tendo essa temática como foco, teve por objetivo principal apresentar uma análise do processo de implementação do Conselho Escolar no município de Cascavel no ano de 2012. O estudo considera o Conselho de Escola um instrumento de fomento para a gestão democrática por meio da participação da comunidade escolar. Um programa direcionado por política pública e não por movimento emergido da sociedade. Com esses pressupostos, o estudo buscou refletir sobre os limites e as possibilidades da participação da comunidade escolar na gestão da escola pública a partir desse instrumento. Assim, os autores buscam resgatar questões da pesquisa e apontar limites e possibilidades desse Colegiado como um efetivo instrumento de democratização participativa para a comunidade na gestão da Escola. Em busca de certo aprofundamento em questões de democratização de gestão na escola, Aline C. A. Moraes e Maria José Ferreira Ruíz, nos mostram a seus pontos de vistas sobre **A PARTICIPAÇÃO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES**. Nesse texto, as autoras têm como objetivo analisar a concepção de participação e de gestão democrática disseminada por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE). Discutem sua relevância no fortalecimento do referido Colegiado e usam a pesquisa documental nos cadernos instrucionais elaborados pelo MEC/SEB; a pesquisa bibliográfica e a análise em relatos de “experiências exitosas” de escolas que adotaram tal programa. Concluem que a concepção de gestão democrática e de participação, difundida pelo PNFCE se pauta por uma lógica de políticas para a educação difundidas após a década de 1990, na qual a parceria entre escola e comunidade é vista como condição sem a qual não é possível alcançar a qualidade na escola.

Em busca de elementos que suscitem reflexões em profundidade e orientações que estão longe de serem consenso para o processo educacional, de escolarização e de Política Pública no Brasil, a discussão envolvendo recursos financeiros são, em geral, os entraves ou a solução para todos os “males”. Daniela Dermínio Posterare Santos e Horácio Rosa Vieira, percorrem historicamente as transformações na história da legislação brasileira referentes ao financiamento da educação básica no Brasil. Buscaram analisar a forma com que, ao longo do tempo, os percentuais de investimentos em educação foram utilizados, as origens dos fundos e destinações percentuais, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, bem como os valores necessários para promover a qualidade na educação básica.

O texto **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES**; analisa dados sobre a utilização dos 10% do Produto Interno Bruto – PIB, sobre quais fatores interferem para a elevação do nível da educação no Brasil e sobre alguns apontamentos que mostram que maiores (melhores) recursos tendem a possibilitar que a educação básica brasileira alcance melhores índices. Contudo, destaca que a gestão democrática com participação efetiva dos diferentes seguimentos envolvidos é requisito para a aplicabilidade qualitativa dos recursos, uma vez que o financiamento público é o que garante o direito social implícito na educação básica. Nesse contexto e debate, Quelli Cristina da Silva Oliveira, Denila Coelho e André Paulo Castanha, tecem significativas analogias no texto **CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL E O PAPEL DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS: EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE X QUALIDADE**. Realizam análises acerca das condições históricas, políticas e ideológicas sobre as avaliações externas em larga escala e as interferências dos organismos internacionais nesse setor. O estudo bibliográfico e documental realizado sugere a influência de políticas de organismos internacionais nesse tipo de avaliação. Apesar disso, destacam a relevância das avaliações, como instrumentos para elaboração de políticas públicas no campo educacional.

Tendo a avaliação como foco, objeto de estudo e preocupações, as autoras Ângela Cleci Dzula Kovalchuk e Michelle Fernandes Lima, discorrem de maneira interessante sobre um contexto municipal onde se efetivou a Provinha Brasil. O texto **APONTAMENTOS SOBRE A PROVINHA BRASIL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE IRATI-PR**, dessas autoras, a partir de um panorama geral sobre a implantação dessa avaliação e do material utilizado para a aplicação desse tipo de avaliação, analisaram o instrumento utilizado no contexto do município pelos dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SME). O texto apresenta um forte apelo ideológico na discussão e nas considerações relatadas.

Nessa apresentação procuramos oferecer pistas do que irão ler nesse volume, mas além disso, esperamos, mais uma vez, contribuir com os nossos leitores para que tenham mais elementos e pontos de vistas diferentes sobre os debates que as diferentes percepções de nossa realidade possibilita. Tenham uma boa leitura.

Sebastião de Souza Lemes e Ricardo Ribeiro - Editores

Sumário e Apresentações Revista de Política e Gestão Vol. 2 - 2015

1. Kellcia Rezende Souza e Maria Teresa Micely Kerbauy. **A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA NO PERÍODO 2009-2013**
2. Alexandre Marucci Bastos e Sebastião de Souza Lemes. **A DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO CURRICULAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO.**
3. Elizangela S. Carozzi e Adrian A. Estrada. **O CONSELHO ESCOLAR E A IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR.**
4. Aline C. A. Moraes e Maria José Ferreira Ruíz. **A PARTICIPAÇÃO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES.**
5. Daniela Dermínio Posterare Santos e Horácio Rosa Vieira. **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES.**
6. Quelli Cristina da Silva Oliveira, Denila Coelho e André Paulo Castanha **CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL E O PAPEL DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS: EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE X QUALIDADE.**
7. Ângela Cleci Dzula Kovalchuk e Michelle Fernandes Lima. **APONTAMENTOS SOBRE A PROVINHA BRASIL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE IRATI-PR.**